

# Entrevista com Aureli Alves de Alcantara

## Memorial da Resistência de São Paulo: memória, educação e direitos humanos

*Interview with Aureli Alves de Alcantara*

*Memorial da Resistência de São Paulo:  
Memory, Education and Human Rights*

Alessandra Carvalho\*  
Alessandra Gasparotto\*\*  
Thiago Nunes Soares\*\*\*

Aureli Alves de Alcantara é Coordenadora do Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo, um dos mais importantes espaços de memória sobre a repressão e a resistência do Brasil, situado na cidade de São Paulo (SP). Licenciada em História (FFLCH-USP), Especialista em Museologia (MAE-USP) e Mestre em Arqueologia (MAE-USP), possui uma longa trajetória que perpassa a docência na Educação Básica e a atuação em diferentes instituições museológicas.

A entrevista foi elaborada e realizada por Alessandra Carvalho, Alessandra Gasparotto e Thiago Nunes Soares, editores do dossiê *O ensino de História e os 60 anos do Golpe de 1964: o que temos aprendido e ensinado?* da *Revista História Hoje*. A entrevistada recebeu previamente um roteiro com algumas perguntas e a entrevista foi realizada no formato virtual no dia 10 de junho de 2024, através da plataforma *webconf* da Universidade Federal de Pelotas, com duração de 1 hora e 19 minutos. Após a transcrição, a entrevista foi revisada e editada entre os meses de junho e julho.

Durante nossa conversa, Aureli abordou aspectos de sua história de vida

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. ale.carvalhoufrj@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0002-5010-8314>>

\*\* Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. sanagasparotto@gmail.com <<https://orcid.org/0009-0006-8960-6245>>

\*\*\* Universidade de Pernambuco (UPE), Recife, Pernambuco, Brasil. thiago.nsoares@upe.br <<https://orcid.org/0000-0003-4208-5631>>

e de sua trajetória como professora de História da Educação Básica e consultora museológica. De forma especial, tratou de suas experiências junto ao Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo, onde participou e coordenou inúmeras ações relacionadas à memória sobre o Golpe de 1964 e à ditadura no Brasil.

Suas falas provocam reflexões fundamentais sobre as formas como temos lembrado e ensinado sobre esse passado ditatorial e as muitas conexões possíveis desse tema com questões da atualidade. São imprescindíveis a todos/as aqueles/as que desejam percorrer os caminhos de uma educação comprometida com os direitos humanos e com o *Nunca Mais*. Vamos a elas.

***Aureli, conta para a gente um pouco sobre a sua trajetória familiar, acadêmica e profissional.***

Eu sou filha de pais migrantes nordestinos, baianos que vieram muito jovens para São Paulo. Nasci em São Bernardo do Campo e meus pais, de origem muito humilde, fizeram apenas o Ensino Fundamental I. Por conta disso, sempre valorizaram o estudo como possibilidade de melhoria de condições de vida. Desde pequena, participei muito da Igreja Católica, no período muito efervescente da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base e sempre ficava muito atenta às homilias durante as missas, pois também tratavam de relatos históricos. Tanto a educação formal como a experiência religiosa aprofundaram meu interesse pelo universo da história. Sempre estudei em escola pública, no Ensino Fundamental e Médio e na universidade, também. O único momento que eu estudei em uma instituição particular foi quando fiz um cursinho pré-vestibular com a duração de um ano, após eu terminar o Ensino Médio e, então, entrei na Universidade de São Paulo.

Eu fiz graduação em História e, no finalzinho, realizei um estágio no Museu Paulista da Universidade de São Paulo, também conhecido como Museu do Ipiranga. Então, o Museu do Ipiranga ampliou as minhas bases acadêmicas sobre as possibilidades práticas do trabalho com a história a partir da iniciação científica, as orientações das professoras e professores que trabalhavam no Museu e as ações desenvolvidas por meio da cultura material. Fiquei muito tempo no Museu Paulista, sendo recontratada depois do término do estágio para realização de serviços específicos. Trabalhei na pesquisa, na salvaguarda em processos de preservação de algumas coleções, exposições e na

pinacoteca do Museu Paulista. Posso considerar, então, que o Museu Paulista foi a minha escola. Há, ainda, uma questão muito afetiva, pois desde criança frequentava esse Museu, além de sempre visualizá-lo, pois, em vários percursos da minha casa para o centro da cidade de São Paulo, tinha que passar pela sua suntuosa fachada e pelo belo parque que o circunda.

Ao terminar a graduação, fiz uma especialização em Museologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Ali, um outro período de grande aprendizado, comecei a fazer alguns trabalhos relacionados a expografia, como foi o caso da exposição *Brasil 50.000 anos: uma viagem ao passado pré-colonial*, e, a convite da museóloga e coordenadora do projeto de implantação do Museu Cultural e Arqueológico Água Vermelha, em Ouroeste Paulista, integrei a equipe que montou o museu inteiro – que foi responsável por opinar desde o projeto inicial da construção do prédio que abrigaria o museu até a montagem da reserva técnica, exposição, entre outros setores do museu. Enfim, essas experiências qualificaram o meu trabalho e segui com consultorias museológicas em museus de diversas tipologias, como os de arte sacra, de história, de arqueologia e em áreas muito diversificadas: pesquisa, exposição, documentação e, nos últimos anos, na ação educativa. Posteriormente, fiz o meu mestrado na Arqueologia.

Essa minha atuação em museus se conjugou com o trabalho em sala de aula durante 12 anos. Eu era professora de história da rede pública estadual e municipal e ministrava aulas, principalmente, para o Ensino Médio.

Eu acabei me exonerando dos cargos de docência e fiquei mais nos museus. Nos últimos anos, tenho trabalhado na coordenação de programas de ação educativa. Durante sete anos, atuei nessa função no Teatro Municipal de São Paulo e, nos últimos nove anos, coordeno o Programa de Ação Educativa<sup>1</sup> do Memorial da Resistência.

***Como você explica para o/a leitor/a o que é o Memorial da Resistência e o que ele significa?***

Tanto na pesquisa, salvaguarda e comunicação museológica: exposições e ações educativas, o Memorial da Resistência trabalha com as memórias políticas de resistência e da repressão do Brasil desde a implantação da República até hoje. Dedicado à preservação das memórias dos que passaram pelo prédio, que abrigou o Departamento Estadual Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/

SP) de 1940 a 1983, tem um recorte mais específico com a salvaguarda das memórias de resistência e repressão do período da Ditadura Civil-Militar.

O Memorial, para mim, sem se ater a uma definição mais conceitual, é muito importante na preservação dessas memórias. Não temos muitos lugares que realizam essa função, então o Memorial é uma possibilidade de evidenciar que a ditadura aconteceu, como ela operou e, principalmente, objetiva educar para que a história não se repita. Ali, não só pelo testemunho físico do prédio, mas principalmente pela história oral, há essa função de consciência, de conscientizar sobre a ditadura, sobre a importância da democracia e dos Direitos Humanos. Destaco esses aspectos nas ações do Memorial, que também tem ampliado seu escopo para a preservação das memórias de sujeitos que estavam na mira do Deops/SP a partir de uma perspectiva mais ampla e em uma intrincada rede de repressão e resistência que se expandia para o território e o entorno do aparato repressivo e não estava necessariamente relacionada à militância política. Cito como exemplo a repressão exercida sobre travestis, prostitutas, entre tantos outros corpos que não se adequavam à moralidade ou aos costumes impostos naquela época.

***A partir do Programa de Ação Educativa, você coordenou vários projetos que tratam sobre temáticas relativas à ditadura no Brasil. Pode nos contar um pouco sobre essas iniciativas?***

O Memorial recebe um público muito diverso. Em relação ao público escolar, é composto por estudantes das séries finais do Ensino Fundamental e Médio, por conta do componente curricular que prevê a questão da ditadura civil-militar nas séries finais. Mas ele recebe também um público universitário, principalmente das faculdades de Pedagogia, História ou de Direito por conta da questão de direito à memória e à verdade. Há, também, o público de organizações sociais ou outras tipologias institucionais. O Programa de Ação Educativa tem atuado tanto na formação como na multiplicação do conhecimento, não só da ditadura, mas da história republicana de uma forma mais ampla, como também na educação em direitos humanos, trabalhando a ideia de que aquele prédio foi um espaço de violação de direitos humanos e de que os direitos são conquistados, para destacar a importância da democracia e a valorização da cidadania ativa. Temos atuado muito nessa chave de formação e multiplicação, seja durante as visitas desse público diverso que são mediadas

pelos educadores ou nos trabalhos de formação com os professores ou educadores não formais através de minicursos, cursos intensivos, organização de material de apoio à prática pedagógica, pensando-os como multiplicadores, entendendo a importância dos professores ou educadores nos seus espaços de atuação para a divulgação desse conhecimento.

Há também parcerias que podem parecer mais inusitadas, que surgem da procura, por parte de distintos agentes sociais, sobre orientações de como discutir o tema da ditadura ou a própria questão de educação em direitos humanos. Isso nos permite abordar questões contemporâneas que são identificadas como violência estatal, refletindo sobre as relações que elas estabelecem com as práticas da ditadura. São parcerias muito diversas como, por exemplo, com a Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente).<sup>2</sup> Temos atuado não somente no atendimento direto de jovens internos em visitas educativas, mas também na formação dos funcionários, seja daqueles que trabalham diretamente na instrução dos jovens, mas também com os servidores de outras áreas da instituição, como segurança, limpeza e administração.

Temos feito algumas formações, também, com alguns CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) para debater a questão da memória ou outros interesses dos grupos, partindo de reflexões sobre a ditadura, bem como realizado alguns projetos com Centros de Convivência e Cooperativa (Cecco) com pacientes psiquiátricos ou pessoas que tenham algum sofrimento psíquico. Cito o exemplo de uma parceria muito importante nesse segmento. A coordenadora de um dos grupos do “Cecco Bacuri”, instituição que tem o codinome de um guerrilheiro<sup>3</sup> preso e executado após meses de tortura, nos procurou para trabalhar com a questão da identidade e essa ação foi pensada a partir do protagonismo dos presos políticos. O analista de educação Daniel A. B. Gonzales, responsável pelo projeto de acessibilidade *Memorial Para Todos* e que tem desenvolvido ações para o público com deficiência, trabalhou inicialmente com a identidade institucional por meio do desenvolvimento da compreensão de quem foi o Bacuri, ou seja, a partir de palestra e oficinas abordou a biografia, inclusive, levando o grupo para o Arquivo Público do Estado de São Paulo para conhecer a documentação referente ao militante produzida pelo Deops/SP. Posteriormente, foram realizadas pelos educadores várias oficinas de contação de história que abordaram formatos e técnicas possíveis para o uso dessa ferramenta. Por fim, os participantes do grupo realizaram uma con-

tação de história, com a apresentação da história que produziram, durante a programação do Museu na semana dedicada ao público com deficiência no ano de 2015. Dulce Muniz, ex-presa política, que dirige o Teatro Studio Heleny Guariba, convidou a Ação Educativa para apresentar o projeto em uma comemoração ao Bacuri, no dia de seu aniversário, e contou com a presença de sua companheira durante a homenagem. Essa experiência foi bem interessante, porque mostrou para a família como temos trabalhado essa memória com diversos públicos e como atuamos em relação à questão do direito à memória e à verdade.

Em 2024 com a rememoração dos 60 anos do golpe de estado de 1964, fomos procurados por muitas instituições que não trabalham especificamente com temáticas relacionadas à ditadura, mas querem discuti-la em sua programação e propuseram parcerias que discutiram questões diversas. Fizemos uma parceria com diferentes unidades do SESC<sup>4</sup> em torno de questões voltadas para o público LGBTQIA+ e idoso trabalhando a questão da diversidade e da resistência, seja a protagonizada pelas características plurais das mulheres (cisgênero ou transgênero) ou pelo público de terceira idade com reflexões que propõem a quebra de estereótipos durante o envelhecimento. Além das visitas às exposições para esse público, foram realizadas rodas de conversa com ex-presos políticos que consideraram as questões apontadas. A terceira parceria proposta pelo Memorial a uma das unidades foi o projeto Percursos da Memória, que visa a formação de público diversificado a partir de dois roteiros integrados de visita às instituições que trabalham com o tema ditadura, o primeiro composto por visita integrada ao Memorial da Resistência e ao prédio que abrigou o Doi-Codi/SP (Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações e Defesa Interna) e o segundo com visita integrada ao Memorial da Resistência e ao Museu Tekoa Jopo'í, Comunidade Cultural Quilombaque, com a trilha Ditadura Nunca Mais. As visitas também contaram com roda de conversa e apresentações culturais.

Enfim, essas parcerias são muito diversificadas e temos trabalhado, principalmente, no atendimento direto aos grupos fazendo a mediação no espaço do Memorial, mas, também, com inúmeras formações aos profissionais dessas instituições e fortalecendo atividades em rede para que outros espaços que trabalham com a temática da ditadura sejam conhecidos.

***Quais são as suas percepções sobre a forma como as pessoas lembram a ditadura no Brasil? Como essas formas de lembrar se modificaram ao longo do tempo, a partir da sua experiência no Memorial?***

Nos nove anos que estou no Memorial, percebo que recebemos um público que tem ideias muito variadas, desde aquele que desconhece totalmente a temática da ditadura até o que é levado pela sua escola ou, então, avós que falam “Ah, eu queria entender melhor isso para trazer meu neto”; há aqueles que conheceram o Memorial e levam grupos ou outras pessoas para saber mais sobre o tema. Mas, de uma forma geral, esse é um assunto que ainda não é comentado na sociedade. Considerando a perspectiva negacionista fortalecida nos últimos anos, muita gente chega lá dizendo “Ah, meus pais e meus avós diziam que era um período melhor”. E isso não é dito somente por um público jovem, mas até mesmo por professores que chegam com essa visão. Há, então, uma influência tanto do negacionismo como da disseminação da ideia de que não se abordam sistemas autoritários de esquerda. Desse modo, há sempre a pergunta: “Ah, mas e as ditaduras de outros países, como a da Venezuela e a de Cuba?”. Nos últimos anos, costumo até brincar lembrando de quando havia os “fiscais do Sarney”,<sup>5</sup> comparo com a atualidade onde temos os fiscais do discurso negacionista que vigiam sobre o uso de algumas palavras. Por exemplo, tivemos uma exposição que tratava da Declaração Universal dos Direitos Humanos e um dos artigos dizia que a pessoa era livre para escolher o gênero de educação que ela quisesse dar para o seu filho. Aí, chegou um casal questionando por que a gente estava falando de questões de gênero. Por todos esses motivos, nos últimos anos, é muito difícil que a gente use algumas frases ou denominações sem ter que justificar longamente a escolha.

***Nos últimos anos, observamos a emergência e consolidação de inúmeros discursos negacionistas acerca do período ditatorial. Esses discursos negacionistas ou que relativizam a ditadura impactaram o trabalho de vocês? Em caso positivo, de quais formas?***

Desde 2018, houve uma grande preocupação até com a preservação do Memorial, que passou a ser alvo de ataques. Estamos sempre muito suscetíveis aos governos que entram, às políticas públicas implementadas ou ausência delas, já que somos ligados à administração pública estatal. Quando tivemos o

avanço da extrema direita, foi preciso reorganizar um pouco o discurso, porque a gente sempre partiu de exemplos de violação de direitos humanos da contemporaneidade, como o caso Amarildo<sup>6</sup> e da própria Marielle.<sup>7</sup> Partíamos desses exemplos para falar da ditadura, fazendo a relação passado e presente. Mas percebemos que não podíamos criar brechas que nos deixassem de alguma forma mais fragilizados diante de discursos da direita ou dos negacionistas, que nos acusam de falar “só de um lado da história”. Tentamos proteger melhor o Memorial, nos pautando mais pelos fatos históricos e por documentos. Naquele tempo, houve uma divulgação negativa da instituição, do que ela fazia e falava. Nós éramos muito confrontados no espaço; às vezes, entrava alguém falando que o ensinado era mentira. A gente tem atividades integradas como visita e roda de conversa com ex-presos políticos e, em alguns momentos, houve enfrentamento de aluno com esse preso político, com o questionamento do que foi ou do que era aquele período histórico, alguns tinham uma orientação ideológica de extrema direita, e enfrentavam ali o que o ex-presos político dizia. As pessoas se sentiram, ou ainda se sentem, mais à vontade para falar disso com informações errôneas e se contrapor. Então, a gente se restringiu, não abrindo tantos leques de possibilidades entre passado e presente na mediação das visitas e na abordagem e tentando explicar as questões históricas a partir de documentos, depoimentos e dados estatísticos para que as ações fossem melhor embasadas documentalmente e a equipe ficasse menos exposta.

***Quais as estratégias de sensibilização em torno do tema da ditadura e dos direitos humanos que você considera mais efetivas quando tratamos com crianças e adolescentes? E o que acha que não funciona?***

Principalmente empatia e afetividade, sempre buscando colocar o adolescente no lugar do outro e trabalhando a ideia de que os direitos que ele tem hoje, como o de liberdade de expressão, foram subtraídos durante a ditadura e só foram conquistados a partir da luta de outras pessoas, muitas delas jovens como o adolescente que visita o Memorial. Em relação às crianças, por conta da dificuldade do tema, o lúdico é muito importante. Além da questão afetiva e empática, é possível trabalhar de uma forma mais leve, buscando algumas formas de discussão que sejam aliadas ao lúdico.

Nós temos experiências muito interessantes como a contação de histórias, trabalhando, principalmente, com o livro da Ana Maria Machado, *Era*



*uma vez o tirano*. Nessa ação integrada, as crianças, primeiro, assistem à contação de história feita pelos educadores, momento em que alguns conceitos já são trabalhados, como democracia e ditadura. Depois, as crianças vão para o espaço expositivo. Na história, há o personagem do tirano, que domina um país proibindo uma série de coisas como cores, a reunião da população, a diversão, entre outros. E o desafio ao tirano é realizado por três crianças que tentam reverter a situação com um arco-íris, uma canção e uma chuva de estrelas. Há um momento, então, em que as próprias crianças que participam da atividade saem em passeata no espaço expositivo do Memorial, com placas, palavras de ordem e instrumentos musicais exigindo que o tirano saia.

Também temos outros materiais lúdicos como o Projeto Resisto!, que é um conjunto de quatro vídeos curtos com os eixos temáticos resistência, repressão, direitos humanos e patrimônio. Esse conjunto de vídeos, que está disponível no nosso site, trabalha o tema como um jornal, dando exemplos engraçados, com cuidado para não ofender aqueles que vivenciaram os fatos e sofreram violências, mas entendendo que precisamos de mecanismos lúdicos para trabalhar com a criança ou o adolescente. Temos, ainda, os jogos desenvolvidos pelo próprio setor educativo com as temáticas da ditadura e educação em direitos humanos. São jogos de memória, quebra-cabeça e tabuleiros que vão discutindo essas questões de uma forma mais lúdica. Então, há uma série de mecanismos para trabalhar a temática com crianças e adolescentes, com foco no lúdico, na empatia e na afetividade.

Para esse perfil de público não funciona uma abordagem mais teórica, acadêmica e distante do seu cotidiano, das suas preocupações, enfim, da sua realidade. Há maior proveito no estabelecimento da correlação passado e presente e as implicações futuras.

***Uma das ações desenvolvidas pelo Programa de Ação Educativa do Memorial é o Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos: Memória e Cidadania. Como você enxerga a educação em direitos humanos hoje no Brasil? Na sua avaliação, quais são as maiores urgências no que se refere à EDH?***

Esse curso é bem longo, começou em 2012 e tem se repetido anualmente; somente por dois anos, por questão de verba, ele não ocorreu. É muito bem cuidado, onde a gente tenta trazer profissionais renomados na área de vários estados do Brasil, com experiências diferentes. Tem um público muito

diverso, principalmente de professores e educadores não formais. Mas há, também, muitas pessoas de outras áreas – do Direito, da Assistência Social e da Segurança Pública, em menor número.

É um curso que trabalha não só com a parte teórica, mas também com a parte prática, e tentamos fazer projetos e discussões que permitam que os participantes desenvolvam estratégias para discutir a questão dos direitos humanos nos seus locais de trabalho, que são muito diversificados, o que é bastante interessante. É um curso bem procurado, a gente abre, em média, 100 vagas e tem, em média, 800 inscritos. Por isso, temos que fazer, infelizmente, o processo seletivo, pois, por conta das oficinas, não dá para atender todo mundo.

Na educação formal, eu penso que a principal dificuldade no trabalho com a temática dos direitos humanos é a falta de compreensão sobre o que é e, principalmente, como o conteúdo pode ser inserido nas disciplinas ou nos componentes curriculares. Por isso, temos realizado muitas formações através de mini-cursos e trabalhado com os professores, que são os multiplicadores, refletindo com eles como podem inserir essa temática nos temas transversais, trabalhar dentro de suas disciplinas ou propor projetos interdisciplinares. Como os direitos humanos são um tema interdisciplinar, pode estar presente independente de disciplina ou da temática que o professor estiver desenvolvendo.

Eu acho essa formação em direitos humanos muito importante pelo tema e pelas dificuldades que as pessoas têm para trabalhar, então, os professores nos procuram muito: Mas como eu trabalho? Como eu faço? Como eu abordo isso? Como eu levo para as pessoas em seus locais de trabalho? Então, a gente dá ideias e dicas, discutimos processos e metodologias. Esse ano, o Curso não será oferecido porque está sendo reformulado, até porque tem mais de 10 anos, e percebemos a necessidade de investir mais em oficinas a fim de que esses professores e outros profissionais possam se adaptar a essas discussões. Às vezes, existem cursos teóricos muito bons na área da educação em direitos humanos, mas o público procura bastante ajuda para as suas práticas cotidianas: como trazer o tema para discussões no espaço de trabalho, como vencer as resistências em relação a essas discussões e assim por diante.

### *Para você, Educar para o Nunca Mais é...*

Sempre mostrar o que aconteceu, para que não se repita. Isso é muito forte, né? Então, é essa a tentativa de conscientização do que aconteceu e como

isso foi duradouro e prejudicial não só em termos pessoais, das pessoas afetadas pela violência, mas em relação ao país e ao que não pode se repetir. Então, é a importância de preservação da democracia através da cidadania ativa, sempre enfatizando que os direitos humanos são os direitos adquiridos, portanto, fruto de lutas. Eles nunca são dados e é preciso que as pessoas lutem também para a manutenção dos seus direitos ou para adquirir novos direitos, enfatizando principalmente que os direitos humanos são universais. O **Educar Para Nunca Mais** tem esse compromisso, de que as pessoas entendam o que não pode se repetir, que a ditadura não pode se tornar realidade novamente e que é preciso lutar para que isso não aconteça.

***Quais experiências de educação patrimonial e educação em direitos humanos mais te inspiraram?***

O Museu da Memória e dos Direitos Humanos, no Chile, o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, em Portugal, o Instituto Vladimir Herzog, com o amplo trabalho de educação em direitos humanos que tem realizado junto à comunidade escolar, e o Núcleo de Preservação da Memória Política, no Brasil, são experiências inspiradoras que trabalham com essa temática. O Núcleo tem desenvolvido algumas atividades e a sua produção se aproxima de um público diverso como o de ex-presos políticos, entidades e instituições brasileiras. Participou de forma veemente da iniciativa de formação da Rede Brasileira de Lugares de Memória (Rebralum) e durante a pandemia fez um trabalho *online* instigante de debate e apresentação das instituições que compõem a Rede. Mais recentemente, pensando na educação patrimonial, o projeto do DOI-CODI/SP<sup>8</sup> tem demonstrado grande potencial. Hoje, o conjunto de edifícios administrado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo não tem ações educativas, exceto as realizadas pelo próprio Núcleo de Preservação da Memória Política, que faz visitas mensalmente com rodas de conversa, e que necessita da autorização da 36ª delegacia de polícia para acessar os prédios. Têm sido realizados trabalhos muito potentes, principalmente aqueles desenvolvidos pela área de Arqueologia, que permitem o conhecimento por meio da pesquisa da materialidade do espaço de repressão e resistência, o estudo da cultura material e as ações de Arqueologia Pública, que, além de evidenciar as práticas científicas arqueológicas, também foram fundamentais para a divulgação do patrimônio histórico tombado para um público amplo e diversificado, desde o de

perfil escolar com parceria e visita conjunta ao Memorial, mas que também despertou o interesse da mídia que comunicou a importância do local em rede nacional. Portanto, o DOI-CODI não é um espaço musealizado, os testemunhos coletados recentemente ainda não estão disponíveis, mas a arqueologia e a divulgação das evidências materiais encontradas ampliaram e reiteraram os testemunhos das atrocidades que ocorreram naquele local e as experiências educativas são inspiradoras para outros lugares de memória com as características do DOI-CODI e do Memorial.

***A criação do Memorial da Resistência foi marcada pela agência de diferentes organizações sociais e sujeitos. Qual é a importância dessas “parcerias”?***

Nós somos geridos pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC), o que acaba fortalecendo o Memorial na medida em que o coloca em evidência junto a outras instituições museológicas mais longevas do estado de São Paulo. A Pinacoteca é um museu de arte e tem dois prédios, um centenário e outro inaugurado recentemente, dedicado à arte contemporânea. Nesses momentos tumultuados, temos uma instituição centenária fortalecendo a própria existência do Memorial. Então, essa organização que gerencia e administra tanto a Pinacoteca quanto o Memorial é importante para a consolidação do Memorial, que é uma instituição muito jovem e muitas vezes atacada pela temática que trabalha. Também, de certa forma, o Memorial ganha lastro e reconhecimento pelo trabalho que vem realizando, inclusive, com lançamento de mostras conjuntas que ampliam a exploração das temáticas tratadas pelo Memorial com a apresentação de acervos sob a perspectiva da história e da arte.

Outro ponto importante são as parcerias com instituições que atuam com a mesma temática, não só pelo fortalecimento do trabalho em rede, mas para que haja a possibilidade de divulgação mais ampla de acervos, de discussões e de lugares da memória. As ações em rede são essenciais para mapear esse território repressivo, composto por órgãos de Estado que tinham funções distintas, mas com finalidades semelhantes. Assim, conseguimos responder: pelo que o órgão era responsável, como funcionava, qual era a estrutura repressiva e a que público se destinava. É importante não só para entender o passado, mas também para nos fortalecer no presente. A fim de que as pessoas entendam a repressão de uma forma mais ampla, o trabalho deve ocorrer de maneira conjunta, dando uma amplitude à exploração do tema para reflexão

e, também, uma visibilidade para lugares, que não são necessariamente ligados à temática da repressão e da resistência, mas que acabam por dialogar com o tema.

As Organizações Não Governamentais (ONGs) são fundamentais, porque trazem um grande público, possibilitando outros olhares para as nossas exposições. Já trabalhamos com muitas ONGs e organizações civis em temas que o Memorial tem explorado mais, que já são tratados pelas pesquisas sobre a ditadura e que antes não eram abordados: a questão da diversidade LGBTQIA+, do racismo, das mulheres na ditadura entre outros. Nós temos nos aproximado dos grupos e coletivos que vêm trabalhando esses temas para discutir isso de forma mais ampla. Muitas vezes, os documentos, os registros históricos de ações desenvolvidas, estão com esses grupos e temos nos aproximado em parcerias que ocorrem no âmbito das exposições, pesquisa e ações educativas.

***Como você analisa as expectativas dos/as docentes quando organizam visitas com estudantes ao Memorial? Em outras palavras, o que eles/as esperam que seus alunos e suas alunas aprendam e vivenciem na atividade?***

Há duas questões que a gente pode colocar em evidência. A primeira é como os museus, muitas vezes, funcionam como uma materialização do que é abordado em sala de aula. Assim, trabalhar conteúdos de ditadura e levar os estudantes ao Memorial muitas vezes revela a expectativa de que os alunos “vejam o que aconteceu”. Entrar em contato com o espaço reforça aquilo que está sendo desenvolvido em sala de aula, então é uma possibilidade tridimensional de você apresentar o tema pela perspectiva material do prédio, bem como pelos testemunhos. Outro aspecto que me chama atenção, e que tem aparecido muito nas formações que fazemos, é o fato do professor expressar a dificuldade de abordar a ditadura em sala de aula, pois há um cerceamento. O docente pode ser confrontado pela direção ou pelos pais e vai sofrer de alguma forma por abordar essa temática. Ao levar os estudantes ao Memorial, é o “Memorial que está falando”. Então, há um respaldo e uma fundamentação de uma instituição que não é a escola e, por isso, a responsabilidade do que é dito não é do professor. Então, claro, preparar, organizar e levar um grupo para alguma atividade no Memorial muitas vezes também é um ato de resistência. O docente encontra brechas para que os alunos estudem a ditadura sem que o professor seja punido. Contudo, também há professores que já têm um traba-

lho muito consolidado com essa temática e levam suas turmas para várias atividades, como as visitas e as ações culturais como o Sábado Resistente, acompanham a participação dos alunos e nos chamam para que a gente desenvolva projetos e palestras nas escolas.

O professor também vê nas exposições e nos testemunhos a possibilidade do aluno desenvolver uma empatia maior em relação aos que resistiram à ditadura. Muitas vezes podemos constatar a mudança de ideias do estudante no decorrer da visita ou durante uma atividade de roda de conversa com o ex-presos político. Portanto, há diversas questões, mas, nos últimos anos, tem sido frequente o professor levar os alunos para que o Memorial “fale” o que ele não pode falar.

### ***Teria algo a mais que gostaria de destacar sobre o ensino de História da ditadura?***

Eu acho importante ressaltar que, às vezes, é triste pensar que o professor tenha que recorrer à instituição para ter voz no desenvolvimento de um tema cujo ensino é respaldado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, o Memorial pode potencializar a prática docente em parcerias que possibilitem o desenvolvimento de diferentes projetos que abordem tanto a Ditadura Civil-Militar quanto a educação em Direitos Humanos.

Em relação aos espaços museológicos e de memória, eu ressaltaria aos professores que aproveitem a parceria com as instituições, nos seus estados, e usem os serviços que elas disponibilizam, de formação e discussão com os professores, mas também de ações educativas desenvolvidas com os alunos. Eu recomendo o uso de materiais, desenvolvidos em apoio à prática docente, e que estão disponíveis no site do Memorial: materiais de apoio ao professor e materiais mais lúdicos, como o Projeto Resisto!, composto por vídeos a que o aluno pode, inclusive, assistir sozinho. O material tem um caderno de orientações para professores com propostas de atividades com os testemunhos. Então, isso pode ser acessado de diversas maneiras, pelo profissional e pelo aluno. Temos realizado cadernos de experiências com as nossas práticas que têm se demonstrando muito eficazes. Já foram lançados dois volumes: um sobre o curso de contação de histórias, trabalhando com memórias difíceis, e o outro sobre a educação em direitos humanos. Ambos têm indicações e orientações de atividades que o professor pode fazer e é possível adaptar a

outras temáticas, com indicações bibliográficas de literatura infanto-juvenil. São possibilidades que o professor pode se valer para facilitar o seu trabalho ou para ampliar o seu foco de interesse.

Portanto, ressalto neste momento a importância de se estabelecer parcerias com as instituições de memórias e museológicas e de acessar os cursos e materiais disponibilizados. E, muitas vezes, é interessante também que o próprio professor nos traga outras perspectivas, enriquecendo o trabalho do Memorial.

## NOTAS

<sup>1</sup> Composto por Aureli Alves de Alcantara (Coordenação), Ana Beatriz R. de Oliveira (Educatória), Daniel A. B. Gonzales (Analista de Educação Sênior), Guilherme B. Nunes (Educador), Luís Fernando S. Barbosa (Educador), Marcus V. F. Alves (Analista de Educação Pleno) e Osvaldo Sant'Anna Júnior (Educador).

<sup>2</sup> Órgão da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de São Paulo responsável pela aplicação de medidas socioeducativas em semiliberdade ou mediante a privação de liberdade. Para mais informações: <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/funcoes-e-competencias/>.

<sup>3</sup> O mineiro Eduardo Collen Leite, conhecido pelo codinome de Bacuri, realizou seus estudos em São Paulo e se tornou técnico em telefonia. Desde jovem participou de várias organizações políticas, como a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), a Rede (Resistência Democrática) e a ALN (Ação Libertadora Nacional), da qual se tornou dirigente. Atuou nas ações de sequestro do cônsul japonês e do embaixador alemão no Brasil. Preso em 1970 no Rio de Janeiro, passou por várias instalações ligadas aos órgãos de repressão, e foi barbaramente torturado. Segundo testemunho de sua esposa Denise Crispim, seu corpo tinha hematomas, escoriações, marcas de queimadura, dentes arrancados, orelhas decepadas e os olhos vazados. As informações aqui apontadas constam do banco de dados do Centro de Referência do Memorial da Resistência. Para mais informações: <https://memorialdaresistencia.sp.org.br/pessoas/eduardo-collen-leite/>.

<sup>4</sup> O Serviço Social do Comércio, criado em 1946 por empresários do setor, objetiva proporcionar bem estar social por meio de ampla oferta de atividades nas áreas de saúde, cultura, lazer, educação, esporte, turismo e sustentabilidade. A fim de atender as demandas de cada localidade, tem uma organização por unidades situadas em várias cidades do Brasil. Para mais informações acessar: <https://www.sesc.com.br/institucional/o-sesc/sesc/>.

<sup>5</sup> Em 1986, em virtude do lançamento do Plano Cruzado, o presidente do Brasil José Sarney convocou os consumidores brasileiros a fiscalizarem o controle dos preços no comércio. A mídia passou a denominar a população que aderiu ao chamado de “fiscais do Sarney”.

Para mais informações: <https://memorialdademocracia.com.br/card/sarney-lanca-seu-cruzado-contr-a-inflacao>.

<sup>6</sup> Em 2013, o ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza foi levado para esclarecimentos, torturado e assassinado por policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha na zona sul do Rio de Janeiro. Até hoje o seu corpo não foi encontrado. Para mais informações:

<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/caso-amarildo/noticia/caso-amarildo.ghtml>.

<sup>7</sup> A socióloga e vereadora Marielle Franco juntamente com o motorista Anderson Torres foram assassinados a tiros em 2018 na região central do Rio de Janeiro. As investigações conduzidas por vários anos levaram ao envolvimento de autoridades políticas e policiais motivadas por questões de ordem econômica e política derivadas da expansão das milícias no Rio de Janeiro. Para mais informações: <https://www.intercept.com.br/series/caso-marielle-franco/>.

<sup>8</sup> Criado em 1969 como órgão clandestino, a Operação Bandeirantes (OBAN) foi responsável por centralizar informações de perseguidos políticos oriundas de sequestro, interrogatórios, tortura, morte e desaparecimento. Oficializado em 1970, passou a ser denominado como Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). As instalações que abrigavam o órgão foram tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) em 2014. Atualmente o Grupo de Trabalho Memorial DOI-CODI (GT DOI-CODI), reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) como ponto de memória, desenvolve programas, projetos e ações de museologia social visando a promoção do patrimônio e a sua transformação em memorial. Para mais informações: <https://www.nucleomemoria.com.br/doi-codi>.

Entrevista recebida em 28 de julho de 2024.  
Aprovada em 8 de agosto de 2024.

